

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.425.920 - MS (2019/0005084-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MELQUIZEDEQUI EPIFANIO DOS SANTOS
ADVOGADOS : KATIUSCIA DA FONSECA LINDARTEVIZE - MS014649
JONHY LINDARTEVIZE - MS017520
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES - MS004862
HADNA JESARELLA RODRIGUES ORENHA - MS010526
ALESSANDRA ARCE FRETES - MS015711
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 282/STF. EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, para reconhecer extinta a obrigação pelo pagamento das ações, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por OI S. A, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 21/11/2018.

Concluso ao gabinete em: 31/01/2019.

Ação: civil pública em face de OI S. A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL., em fase de cumprimento de sentença, visando o recebimento de ações e dividendos acionários.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de extinção da obrigação pelo pagamento.

Acórdão: negou provimento ao recurso de agravo de instrumento

interposto pela agravante.

Recurso especial: alega contrariedade aos arts. 370, 425, IV, 502, 509, § 4º e 525 do CPC/15. Sustenta que o acórdão recorrido viola a coisa julgada, posto que já foi reconhecida a entrega inequívoca das ações ao agravado no processo de conhecimento, consoante prova documental dos autos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 370, 425, IV, 502, 509, § 4º e 525 do CPC/15 indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Consta do acórdão recorrido:

Importante observar que os documentos apresentados pela agravante como prova de recebimento e, inclusive, posterior transferência pela parte credora/agravante, consiste em declaração do Banco Santander que, mesmo em conjunto com procuração existente nos autos principais do BNDES à Telebrás S/A, nada prova, se desacompanhado do Certificado de Depósito de Ações (art. 43 da Lei n. 6.404/76) e/ou dos Livros Sociais (art. 100 da Lei n. 6.404/76) ou de qualquer recebimento expresso da parte credora.

Pela absoluta ausência de comprovação, deve ser tida por não efetuada a quitação de 8.620 ações a cada contrato. (e-STJ fl. 289).

Desse modo, alterar o decidido no acórdão impugnado, para reconhecer extinta a obrigação pelo pagamento das ações, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI
Relatora

